

Banana made in Brazil

Categories : [Reportagens](#)

Não é fácil chegar a Rio Verde, comunidade localizada no município de Guariqueçaba, litoral norte do Paraná. De carro, saindo do centro de Curitiba, são mais de cinco horas para percorrer 170 quilômetros de estrada de terra batida, onde são poucas as oportunidades que o motorista tem para engatar uma terceira. Ali, duas organizações estão contribuindo para mudar o perfil de uma das regiões com o menor Índice de Desenvolvimento Humano do estado. Unindo conservação ambiental a desenvolvimento econômico, a ONG Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) e a empresa Terra Preservada criaram novas fontes de renda para os moradores da região onde, até há pouco tempo, as únicas alternativas eram a agricultura de subsistência e a criação de búfalos, introduzida na década de 70. A implantação dessa cultura não foi suficiente para devastar o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do país que, nos últimos cinco anos, passou a conviver com plantações de banana orgânica.

A Terra Preservada é especializada na comercialização de produtos orgânicos e incentiva na região o plantio de bananas para exportação. A empresa compra praticamente toda a produção de banana da comunidade. O produto, transformado em banana-passa, vai para a Suíça, de onde é distribuído para o mercado europeu. A SPVS orienta os produtores sobre como cultivar a fruta dentro dos princípios da agroecologia e como obter o certificado de produto orgânico. As duas organizações dividem os custos de certificação.

O projeto, que reúne 131 produtores da região de Guariqueçaba, principalmente em Rio Verde e Batuva, teve início em 1999. Na época, uma caixa de 22 quilos de banana era vendida por 1 real. Em 2002, quando a produção atingiu o padrão “bio suisse”, exigido pela certificadora Imo Control, o preço chegou a 4 reais. Atualmente, 70 produtores já estão exportando e os demais estão se preparando para a certificação.

A banana-passa é vendida na Europa com selo orgânico e social. Isso quer dizer que, de cada dólar comercializado, 60 centavos retornam para os produtores aplicarem em melhorias comunitárias. Com o dinheiro extra, os 36 agricultores de Rio Verde que participam do projeto compraram uma Kombi, para usar nos serviços de saúde. “Em Rio Verde, temos praticamente toda a comunidade cultivando banana orgânica”, conta o engenheiro florestal Marcelo Amaral, técnico da SPVS que orienta os produtores locais.

O volume exportado é pequeno (a Terra Preservada faz embarques bimestrais de 20 mil toneladas por US\$ 40 mil), mas vem crescendo em média 17% ao ano. O produto representa menos de 2% do faturamento da empresa, que vê no projeto mais uma ação social do que exatamente negócio. O gerente de exportações da empresa, Dalmer Maffei, explica que o cultivo tradicional da banana

é mais rentável no curto prazo porque a produtividade é maior. Mas, com o tempo, o custo dos insumos aumenta exponencialmente e, a partir do terceiro ano, o cultivo orgânico apresenta ganhos superiores. “A dificuldade é convencer o produtor que ele vai ganhar no longo prazo”, diz.

Na pequena comunidade de Rio Verde, onde quase todos os moradores são parentes, a produção de banana orgânica é de 800 caixas por mês, chegando a 1.200 no verão. No auge da safra, o agricultor Valdir Viana ganha R\$ 500 por mês. “Antigamente, a gente praticamente não ganhava dinheiro com banana”, afirma. Com a nova renda, Viana, que recebe um salário mínimo como agente comunitário da prefeitura, está construindo uma casa de alvenaria, ao lado da casa de madeira de dois cômodos onde mora com a esposa e quatro filhos. “Antes do projeto, não tinha para quem vender a produção. De vez em quando aparecia um atravessador”, conta Viana, que faz parte da Associação dos Produtores Rurais de Rio Verde (Aproverde), que reúne 28 agricultores.

Produtor de banana há 20 anos, ele atesta as mudanças que a SPVS ajudou a implementar. A ONG ensinou como fazer o controle biológico do moleque, uma espécie de besouro que deposita suas larvas nos caules das bananeiras. As larvas esburacam o tronco, o que enfraquece a planta a ponto de levá-la ao chão. Antigamente, o controle dessa praga era feito com o uso de agrotóxicos. Hoje, os agricultores usam um fungo, a bovéria baciana, que reduz bastante a população do besouro. Uma outra técnica repassada à comunidade foi a de plantar o bananal à sombra de árvores nativas. Sem a incidência direta do sol, as chances de surgir uma doença que afete a produtividade da bananeira é menor. A SPVS também orientou a população em relação ao lixo doméstico e à preservação das matas nativas.

A SPVS tem um forte interesse na educação ambiental dos agricultores porque administra três projetos de seqüestro de carbono na região, com um orçamento total de US\$ 18,4 milhões, patrocinados por três grandes empresas norte-americanas – General Motors, Chevron Texaco e American Electric Power. A iniciativa é tocada em parceria com a ONG norte-americana The Nature Conservancy. Com aproximadamente um terço da verba, a SPVS comprou 40 antigas fazendas de búfalos (o equivalente a 17 mil hectares) e criou as reservas Morro da Mina, Cachoeira e Itaqui. Onde era pasto, começaram a ser cultivadas espécies da Floresta Atlântica, como Tapiá, Jataúva, Maricá, Araçá, Guapuruvu e Ingá Vermelho. “A recuperação florestal é um dos maiores desafios, porque a idéia é fazer com que o pasto vire uma floresta. Isso exige também a preservação da fauna. Muitas espécies vegetais da Floresta Atlântica dependem de animais para espalhar suas sementes”, afirma André Ferretti, coordenador dos projetos de seqüestro de carbono. O restante do dinheiro está aplicado no mercado financeiro e será usado para manter as três reservas por 40 anos.

As empresas americanas não colocaram tanto dinheiro nisso por pura bondade. Têm muito a ganhar com o investimento. Seqüestrar carbono é um bem que as árvores fazem à sociedade industrializada. Recentemente, algumas empresas poluidoras passaram a pagar por esse serviço. Elas patrocinam o plantio de árvores que vão absorver da atmosfera cotas de CO2 equivalentes às que parte de suas operações emitem. No caso da região de Guaraqueçaba, o monitoramento é feito por uma equipe de três técnicos que percorre as reservas registrando a quantidade de carbono absorvido pela biomassa. O volume é abatido das emissões feitas pelas empresas patrocinadoras do projeto.

Além das ações ligadas ao manejo e administração das reservas, o projeto inclui ações de educação ambiental e de desenvolvimento econômico, voltadas às comunidades vizinhas. A atuação da SPVS na APA de Guaraqueçaba tem avaliações divergentes dos municípios da região. Para o prefeito de Guaraqueçaba, Antonio Felício Ramos Filho (PDT), a ONG poderia fazer mais pelos 8.200 habitantes do local, onde o maior problema da Prefeitura é a folha de pagamento. A arrecadação é de R\$ 6 milhões (R\$ 1,5 milhão de ICMS ecológico). “Uma ONG que recebe tanto dinheiro dos países estrangeiros deveria investir em educação e saúde. A SPVS prioriza os animais selvagens e esquece o homem”, afirma.

Já o secretário do Meio Ambiente de Antonina, Napoleão Luiz Peluso Júnior, lembra que é justamente por conta do aumento das áreas classificadas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) - não apenas as da SPVS - que o repasse de ICMS ecológico aumentou de R\$ 25 mil há cerca de cinco anos para os atuais R\$ 60 mil mensais. “A SPVS tem colaborado com o poder público na promoção da educação ambiental de forma constante. Os governos costumam falar de meio ambiente só no Dia da Árvore e outras datas comemorativas”, diz o secretário. “E a agricultura orgânica, em que a ONG tem apoiado a certificação, é a única alternativa para Antonina compatível com o desenvolvimento do ecoturismo”.

Em uma comunidade que já teve tempos mais prósperos com as fazendas de búfalo introduzidas nos anos 70 – atividade que posteriormente entrou em decadência – a chegada de uma ONG com uma boa verba de multinacionais naturalmente gera expectativas. “Guaraqueçaba é uma região que escapou do modelo de desenvolvimento que impera no restante do litoral brasileiro, até por sacrifício de seus habitantes. Mas é também uma oportunidade de promover desenvolvimento com conservação. Basta vontade política”, avalia o diretor executivo da SPVS, Clóvis Borges, para quem o futuro da região dependerá do fortalecimento do conselho gestor da APA, formado por ONGs, governos, universidades e representantes da comunidade local. “Os projetos executados na região são pouco integrados. É preciso mais diálogo”, completa.